

# Manifesto Jovens Políticos pelo Clima

## Por cidades resilientes, justas e equitativas

### O MANIFESTO

Este é um manifesto climático suprapartidário, elaborado coletivamente por jovens lideranças e especialistas engajados na pauta do clima. Propomos uma reflexão e um chamado para ação frente à insustentabilidade do modelo de cidade que tem se reproduzido ao longo das últimas décadas por todo o Brasil.

### NOSSO OBJETIVO:

Por meio deste manifesto, buscamos reforçar o compromisso das juventudes em desenvolver e participar da implementação de políticas públicas voltadas a tornar cada município brasileiro mais resiliente, justo e equitativo.

Entendemos que grandes mudanças são desenvolvidas com um passo de cada vez. Neste documento, adotamos como princípios **a diversidade, a consciência coletiva e a governança climática**. Abordamos também **os principais desafios climáticos e como podemos solucioná-los**.

### ENTENDA: A CRISE CLIMÁTICA

Estamos diante do maior desafio do século XXI: a crise climática. A temperatura global aumentou a níveis inimagináveis. Dos 17 anos mais quentes já registrados na história, 16 ocorreram neste século. Desde 1880, o padrão de vida e consumo mundial levaram ao aumento da temperatura global em mais de 1° C. Esse aumento tem desencadeado uma série de eventos climáticos extremos, que causam consequências irreversíveis ao planeta, como aumento do nível e alteração do pH das águas oceânicas e intensificação de fenômenos como secas e desertificação de áreas atualmente vegetadas. A poluição do ar mata mais de 7 milhões de pessoas ao ano. A emissão de poluentes provoca cerca de 170 mil mortes em crianças menores de cinco anos. **Tais efeitos negativos causam impactos ainda mais significativos para populações vulneráveis, e intensificam desigualdades territoriais, raciais, étnicas, de gênero e geracionais**. Nesse contexto, a estabilidade de todos os sistemas naturais e das nossas vidas nas cidades estão em risco, moldando um cenário que impactará de modo irreversível as presentes e as futuras gerações.

### COMO O BRASIL ESTÁ ENFRENTANDO O TEMA

A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída por meio da Lei nº 12.187 de 2009, oficializou o compromisso do Brasil junto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de reduzir emissões de gases de efeito estufa até 2020. A política busca garantir que o desenvolvimento econômico e social brasileiro contribua também para a proteção do sistema climático global. Para que fossem alcançadas as metas de redução de quase 40% das emissões de



gases de efeito estufa nacionais, a lei estabeleceu o desenvolvimento de planos setoriais de mitigação e adaptação nos níveis local, regional e nacional.

No nível nacional, houve o desenvolvimento desses planos setoriais em diversos temas. **Contudo**, o principal desafio agora é a implementação e territorialização das ações contidas nesses planos. **Estamos chegando a 2023**, e apenas poucos estados e municípios elaboraram estratégias e políticas para qualidade do ar, mitigação e adaptação climática, e um número ainda menor desses entes federativos tem colocado tais políticas em prática.

## O COVID-19 E A CONFLUÊNCIA DE CRISES DO BRASIL

A pandemia do COVID-19 nos deixou um recado: **PRECISAMOS MUDAR.**

Profundas transformações sociais aconteceram durante a pandemia. No plano econômico, um cenário de desemprego elevado, seguido de estagnação e desamparo social. No plano social, chegamos a um alarmante número de 33 milhões de cidadãos passando fome. E no plano ambiental, o desmonte completo das políticas e conselhos participativos, além de um intenso e acelerado desmatamento, que já acumula mais de 9mil km<sup>2</sup> em 2022, a maior taxa dos últimos 15 anos.

A crise política instaurada no Brasil se acentuou durante esse período, e, para além dela, há uma profunda crise de representatividade. **A quase ausente diversidade regional, territorial, de gênero, raça e identidades culturais nas instâncias de poder não representa o Brasil plural e multicultural**, que aglutina muitos povos, cores e tradições. Sem promoção ativa da diversidade, equidade e inclusão há a manutenção do *status-quo*, enraizado em um cenário social no qual pessoas de um mesmo grupo permanecem legislando para si em detrimento da promoção do bem viver. Sintoma disso é o fracasso **do combate à desigualdade social de maneira estruturante e profunda e da implementação de políticas socioambientais que preservem biomas e culturas.**

A realidade urbana que se defrontou com a Covid-19 no Brasil indica as errôneas escolhas políticas que perpetuam e agravam as injustiças sociais e ambientais nas cidades frente a qualquer imprevisto. O insuficiente acesso ao saneamento básico, por exemplo, prejudica cuidados com higiene, principal meio de prevenção contra esta e outras doenças.

A solução de problemas como esses passa pela adoção de políticas e ações pautadas na agenda climática que podem acelerar a recuperação econômica e aumentar a equidade social, por meio do uso de novas tecnologias, reformulação de políticas públicas e da criação de novos meios de produção para reorientação do processo industrial que promova uma transição justa.

Temos urgência em resolver a crise climática que pode culminar no fim da espécie humana. Nesse sentido, **se você, assim como nós, se indigna com a realidade brasileira e anseia por mudanças reais, este é um convite para ação!**



## O OLHAR DA JUVENTUDE PARA UM NOVO ACORDO SOCIOAMBIENTAL

É preciso ter em mente que mudamos com a pandemia da Covid-19. **Não desejamos retornar ao 'normal' de antes, pois ele nos trouxe até aqui.** Os desafios são grandes, mas estamos dispostos a, coletivamente, propor uma nova direção mais justa, resiliente, diversa e equitativa a partir dos aprendizados desse período.

Um ponto que a crise da Covid-19 evidencia diariamente é a desigualdade brasileira. Agora, mais do que nunca, políticas devem ser pautadas pela **equidade**. Deve-se criar mecanismos de proteção e apoio à população mais vulnerável, assim como insumos devem ser criados para uma transição justa de mercado. É fundamental também o fortalecimento da saúde pública e do conhecimento científico e o incremento da resiliência e da qualidade do ar de nossas cidades e comunidades. Os investimentos devem ser feitos para criar uma sociedade resiliente, que potencialize táticas bem sucedidas de preservação e mitigue danos, protegendo a população de ameaças atuais e futuras. **Acreditamos que a causa climática é uma agenda de direitos humanos**, já que ela afeta o bem-estar e a integridade de todos. Ass consequências negativas da mudança do clima, no entanto, serão proporcionalmente amplificadas para grupos já vulneráveis, que são os que possuem menos meios para se proteger e que já sofrem os impactos de desigualdades potencializadas em momentos de crise.

Em 2020, jovens políticos de diversos partidos e de muitos cantos deste Brasil, aqui subscritos, construíram este manifesto de incidência política para as eleições municipais. Avançamos na consolidação de novas legislações a nível municipal e incidimos diretamente no compartilhamento de saber entre organizações da sociedade civil e mandatários durante seus dois anos de atividade parlamentar. Mas temos muito o que avançar.

Acreditamos que a redução das desigualdades e o fim da pobreza são os maiores desafios do país e estão diretamente relacionados ao enfrentamento da crise climática. Entendemos que garantir a integridade das presentes e futuras gerações é indiscutível e inegociável. Não há solução fora da ação coletiva. **Agora, com o novo governo federal, entendemos que há uma real oportunidade de articulação e apoio nacional para colocar em ação, junto a estados e municípios, os pontos aqui levantados, com garantia de recursos financeiros, qualidade técnica e participação popular.**

## PROPOSTAS DOS JOVENS POLÍTICOS PELO CLIMA

Tendo em vista o exposto acima e sabendo de todos os desafios que a geração atual e as futuras possuem, nós, jovens políticos, pedimos que o novo governo se comprometa com a promoção de 22 propostas de ações públicas nos estados e municípios brasileiros. **Contamos com o do governo de transição** para de forma coletiva e participativa, implementar as seguintes propostas:

### **Governança climática**

1. **Planejamento Inteligente** - Liderar e coordenar esforços junto aos governos estaduais e municipais, para desenvolvimento, execução e



acompanhamento de políticas e estratégias relacionadas à mudança do clima, como previsto nas diretrizes da PNMC e no Plano Nacional de Adaptação. Nesta perspectiva apoia-se a ideia de criação de uma Autoridade Nacional de Segurança Climática que tenha autonomia e capacidade de coordenação destas políticas.

2. **Mais participação e ambição climática** - Restituir e estimular a participação social, a transparência, a diversidade e a inclusão nos processos de elaboração, implementação e monitoramento das políticas públicas climáticas e socioambientais dos estados e municípios, em especial a participação das populações mais afetadas pela emergência climática e das juventudes. A nível federal, ampliar a ambição climática através da atualização da PNMC, prevendo NDCs mais ambiciosas que a atual, com meta de *net-zero* até 2040.
3. **Gestão pública fortalecida** - Implementação na base curricular da formação das carreiras de estado a importância do tema das emergências climáticas, com estímulo à profissionalização da gestão pública, qualificação dos servidores e aumento da eficiência, com o objetivo de promover, de forma participativa, a adoção de políticas de qualidade do ar, de adaptação e mitigação das mudanças do clima.
4. **Gestão integrada** - Estimular a criação de um centro integrado, multisetorial, participativo e baseado em evidências para gestão de crises e desastres climáticos e socioambientais. A partir deste ambiente, incentivar sistemas de previsão, monitoramento e alerta precoce a fim de proteger os cidadãos e as infraestruturas urbanas.

### **Agroecologia**

5. **Morar e plantar** - Garantir recursos aos municípios de menor porte para revisão dos Planos Diretores de forma transparente e participativa, estimulando a inclusão de áreas de produção agrícola e ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), fortalecendo o morar e o plantar, como no exemplo de Florianópolis. Em consonância com essa ação, capacitar prefeituras para execução de programa de assistência técnica para construção de habitação de interesse social, garantindo qualidade e segurança das moradias; a plataforma ATHIS e essa legislação do Rio de Janeiro contribuem para o avanço desta política.
6. **Agricultura urbana** - Garantir a implantação de uma Política Nacional de agricultura urbana para estimular o acesso à alimentação saudável e a redução de desertos alimentares, por meio de hortas comunitárias e coletivas, do incentivo aos pequenos agricultores e da ampliação e fortalecimento de feiras livres em áreas urbanas. Como exemplos, Manhuaçu, em Minas Gerais, estabeleceu uma política de incentivo à agricultura familiar, e o Rio de Janeiro garantiu a prioridade na compra de produtos orgânicos e da agricultura familiar para merenda escolar através dessa legislação.
7. **Sem veneno!** - Revisar e proibir o uso dos mais de 1500 agrotóxicos aprovados durante o governo atual, bem como estimular a criação de Zonas Livres de Agrotóxicos nas cidades, proibindo o uso e o armazenamento de agrotóxicos, considerando o grau de risco toxicológico dos produtos utilizados e fortalecendo assim espaços de produção de



alimentos orgânicos, mais seguros e saudáveis como em um positivo exemplo de Florianópolis.

### **Resíduos sólidos**

8. **Plástico Zero!** - Propor a nível nacional lei que restringe o acesso a itens de plásticos descartáveis produzidos a partir do petróleo de uso unitário, como sacolas, canudos, copos, talheres e pratos, seguindo exemplos como os das cidades de São Paulo e de Belo Horizonte, bem como estimulando a produção de descartáveis de origem 100% vegetal.
9. **Reaproveitamento de resíduos** - Garantir a promoção da Economia Circular por meio Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), enfatizando a necessidade de ampla implementação da logística reversa, gestão adequada de resíduos complexos (como compostáveis, eletrônicos e alumínios), desburocratização processos, ampliação de ecopontos e fortalecimento de políticas entre empresas e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.
10. **Catador legal** - Estimular a adesão voluntária dos entes municipais ao programa Pró-catador, em prol da inclusão socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis. Incentivar a criação de programas de gestão e liderança, considerando no desenho de políticas públicas o protagonismo assumido pelas mulheres catadoras, que representam 70% da categoria.
11. **Política de compostagem** - Promover uma Política Nacional de Compostagem, fornecendo diretrizes e recursos para implementação de políticas locais de gestão dos resíduos sólidos urbanos, com estímulo à composteiras comunitárias e a compostagem através de cooperativas, contribuindo para geração de trabalho e renda, como ocorre na cidade de Florianópolis.

### **Educação**

12. **Educação alimentar e nutricional** - Fomentar a promoção da educação alimentar e nutricional nas escolas públicas e privadas dos municípios como preconizado no Programa Nacional de Alimentação Escolar, investindo em pesquisa e desenvolvimento de padrões de consumo e oferta de novos sabores com a utilização de proteínas vegetais em substituição ao uso de alimentos embutidos nos cardápios escolares.
13. **Educação ambiental e climática** - Fomentar a educação ambiental e climática nas escolas públicas e privadas dos municípios como preconizado na Política Nacional de Educação Ambiental e implementado em Recife e Rio de Janeiro, para engajamento das crianças e jovens na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente com enfoque humanista, holístico, democrático e participativo.
14. **Inovação pelo clima** - Ampliar recursos federais para estimular programas de inovação junto à sociedade civil e às universidades para criação e fortalecimento de empresas júnior, de laboratórios de pesquisa e incubação e de *start-ups* e iniciativas populares voltadas à busca de soluções para adaptação e mitigação das mudanças climáticas e melhoria da qualidade do ar, fortalecendo também a geração de renda para jovens, como visto nesse projeto premiado em Recife (PE).

### **Mobilidade Urbana**



15. **Mobilidade urbana sustentável e acessível** - Implementar a Política Nacional de Mobilidade Urbana fortalecendo os planos de mobilidade urbana sustentável, com a priorização dos transportes ativos e dos transportes públicos, garantindo o pleno acesso às cidades por meio de deslocamentos seguros, inclusivos, de baixa emissão e de tecnologias limpas. Direcionar recursos federais para garantir que toda população esteja a até 300 metros de uma infraestrutura cicloviária e até 500 metros de uma estação de transporte coletivo frequente (BRTs, VLTs, Metrô, Trem e/ou Barcas).
16. **Cidade partida, não!** - Retomada do Ministério das Cidades para recuperação e avanço do protagonismo da pauta urbana sustentável no país, promovendo subsídios técnicos e financeiros às cidades para que integrem as diretrizes de desenvolvimento urbano, habitação e mobilidade, de forma a promover o desenvolvimento urbano orientado ao transporte sustentável, local, que incentive deslocamentos de curta distância e que promova acesso às oportunidades vinculado à proximidade. O fortalecimento de bairros autossustentáveis e o desenvolvimento policêntrico da malha urbana, suportado pela implantação de infraestrutura viária inclusiva e estratégica, com foco nas demandas locais e com atenção especial a grupos vulneráveis, são exemplos a serem implantados e retomados.
17. **Menos emissão, ar mais puro** - Estimular a criação de Zonas de Baixa Emissão (ZBE) e a revisão de contratos de concessão de transporte público, como visto em São Paulo, incentivando a redução de veículos poluentes e a transição de frota para veículos de zero emissão, como os ônibus elétricos.

### **Coexistência**

18. **Conservação de ecossistemas e bioeconomia** - Incentivar a criação de Áreas de Proteção Ambiental em áreas urbanas e apoiar na fiscalização das já existentes, a fim de assegurar a conservação e perpetuação desses territórios, possibilitando a promoção da educação ambiental, a visitação consciente, o turismo sustentável, o desenvolvimento de biotecnologias e a preservação da sociobiodiversidade, a exemplo do que ocorreu no governo do Amazonas.
19. **Árvore para todos** - Dar subsídios para que os municípios elaborem Planos de arborização urbana e expansão da cobertura arbórea, garantindo que todos os moradores tenham, pelo menos, uma árvore a até 50 metros da sua casa, a fim de melhorar a qualidade do ar, a retenção de águas da chuva e agir como um sumidouro de carbono, especialmente em áreas de vulnerabilidade social, vinculando políticas de democratização ambiental à processos de regularização fundiária.
20. **Saneamento é básico!** - Garantir a universalização do saneamento básico no país, a partir do Marco do Saneamento Básico. Fortalecer a Política Nacional de Saneamento Básico, garantindo inovação, transparência das ações e controle social, diretrizes expressas na PNSB.
21. **Novas economias** - Incentivar outras formas de economia, como a economia criativa, a economia solidária e a economia circular, estimulando a geração de renda, por meio do incentivo às cadeias voltadas ao capital intelectual, cultural e sustentável, com produtos e serviços de origem baseada no uso responsável dos recursos naturais.



22. **Eficiência energética e acesso a energia** - Subsidiar aos municípios meios mais eficientes e tecnológicos de energia para a iluminação pública, tanto em espaços de convivência social públicos como também em bairros e vizinhanças. Caso não haja acesso à energia elétrica, propor novos meios e tecnologias de acesso, como a geração distribuída de energia solar e outros similares. Incentivar e promover o uso de energias alternativas renováveis menos poluidoras e mais inclusivas, reduzindo as lacunas da pobreza energética a nível local ou nacional.

Este Manifesto é um chamado para ação e **um convite à equipe de transição do Governo Eleito** à apoiar e implementar os pontos acima levantados, para que milhões de brasileiras e brasileiros tenham a garantia de uma **cidade resiliente, justa e equitativa**.

Idealizado pela construção coletiva O futuro que queremos e pela organização YCL - Youth Climate Leaders (Jovens Líderes Climáticos).

Muitas mãos construíram este documento:

- André de Castro dos Santos
- André Mello
- Áurea Santa Izabel
- Barbara Cesar Barros
- Beatriz Rodrigues
- Bernardo Ainbinder
- Cynthia Souza
- Débora Komukai
- Flavia Bellaguarda
- Fernanda Matsuoka
- Gabriella Rodrigues Sampaio
- Kamila Camilo
- Karin Rodrigues
- João Pedro Rocha
- Julia Faustina Abad
- Laís Rocha Leão
- Matheus Dantas
- Odenilze Ramos
- Paula Gabriel
- Pedro Montes
- Pedro Torres
- Tatiane Alencar
- Thales Dantas
- Thaynara Furtado C Leal
- Uly Ribeiro

